



Escola de Administração Fazendária



Prova 3 e Prova Discursiva

**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

Área I - Planejamento e Orçamento

Concurso Público 2008

Cargo: ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO-APO

Nome: _____ N. de Inscrição _____

I n s t r u ç õ e s

- 1 - Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2 - O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS não poderá ser substituído, portanto, não o rasure nem o amasse.
- 3 - Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra *cursiva*, para posterior exame grafológico:
“O futuro pertence àqueles que acreditam na beleza de seus sonhos.”
(Eleanor Roosevelt)
- 4 - DURAÇÃO DAS PROVAS: **5 horas**, incluído o tempo para a elaboração da Prova Discursiva e para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 5 - Na prova há **40 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: a, b, c, d e e.
- 6 - No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
- 7 - Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
- 8 - Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
- 9 - Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 10 - Por motivo de segurança, somente durante os trinta minutos que antecedem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 6.5 do edital regulador do concurso.
- 11 - A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida uma hora do início da prova. A não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
- 12 - Ao sair da sala entregue este CADERNO DE PROVAS, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala.

Quanto à Prova discursiva:

- 1 - Identifique-se apenas na capa da prova (página 15); sua prova discursiva **não** poderá ser assinada ou rubricada nem conter marcas ou sinais identificadores.
- 2 - Use somente as folhas pautadas deste caderno para desenvolver sua prova discursiva, que deverá conter, em cada tema, um mínimo de 30(trinta) e um máximo de 50 (cinquenta) linhas.
- 3 - As folhas em branco, no final do caderno, poderão ser usadas somente para rascunho.
- 4 - Não escreva no espaço à direita “Reservado ao Examinador”.

Boa prova!

ECONOMIA E FINANÇAS PÚBLICAS

- 1 - No que diz respeito a agregados macroeconômicos e identidades contábeis, pode-se afirmar que os principais agregados derivados das contas nacionais são as medidas de Produto, Renda e Despesa. Assinale a única opção falsa no que se refere a agregados macroeconômicos.
- a) As medidas de Produto, Renda e Despesa, universalmente utilizadas, representam sínteses do esforço produtivo de um país em um determinado período de tempo, revelando várias etapas da atividade produtiva.
 - b) O Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* é uma medida que se obtém dividindo-se o PIB do ano pela população residente no mesmo período.
 - c) O PIB *per capita* é um bom indicador de bem-estar da população residente no mesmo período.
 - d) A Renda Nacional Bruta é o agregado que considera o valor adicionado gerado por fatores de produção de propriedade de residentes.
 - e) O PIB, avaliado pela ótica do produto, mede o total do valor adicionado produzido por firmas operando no país, independentemente da origem do seu capital.
- 2 - Pode-se afirmar que o Balanço de Pagamentos de um país é um resumo contábil das transações econômicas que este país faz com o resto do mundo, durante certo período de tempo. No que tange a Balanço de Pagamentos, assinale a única opção falsa.
- a) Na contabilização dos registros das transações efetuadas, adota-se o método das partidas dobradas.
 - b) Sob a ótica do Balanço de Pagamentos, as transações internacionais podem ser de duas espécies: as transações autônomas e as transações compensatórias.
 - c) O Brasil, ao longo de muitos anos, apresentou déficit na conta de transações correntes, que tinha que ser financiada por meio da entrada de capitais, levando ao aumento da divisa externa do país.
 - d) O déficit em conta corrente do Balanço de Pagamentos corresponde à poupança interna da economia, isto é, à diferença entre investimento e poupança interna na conta de capital do sistema de Contas Nacionais.
 - e) Os fluxos do Balanço de Pagamentos afetam a posição internacional de investimentos do país.
- 3 - A política fiscal pode ser dividida em duas grandes partes: a política tributária e a política de gastos públicos. No que se refere à política fiscal, assinale a única opção incorreta.
- a) Quando o governo aumenta os gastos públicos, diz-se que a política fiscal é expansionista.
 - b) Os gastos do governo podem ser divididos em dois grandes grupos: despesas correntes e as de capital.
 - c) A política fiscal será expansionista ou contracionista dependendo do que o governo está pretendendo atingir com a política de gastos.
 - d) O governo também pode atuar sobre o sistema tributário de forma a alterar as despesas do setor privado (entre bens, entre consumo e investimento, por exemplo) e a incentivar determinados segmentos produtivos.
 - e) As despesas correntes do governo referem-se às despesas que o governo efetua para manter e aumentar a capacidade de produção de bens e serviços no país (construção de escolas e de hospitais, por exemplo).
- 4 - Com relação à política monetária, identifique a única opção incorreta.
- a) A política monetária apresenta maior eficácia do que a política fiscal quando o objetivo é uma melhoria na distribuição de renda.
 - b) Se o objetivo é o controle da inflação, a medida apropriada de política monetária seria diminuir o estoque monetário da economia, como, por exemplo, o aumento da taxa de reservas compulsórias (percentual sobre os depósitos que os bancos comerciais devem colocar à disposição do Banco Central).
 - c) A política econômica deve ser executada por meio de uma combinação adequada de instrumentos fiscais e monetários.
 - d) Uma vantagem, freqüentemente apontada, da política monetária sobre a fiscal é que a primeira pode ser implementada logo após a sua aprovação, dado que depende apenas de decisões diretas das autoridades monetárias, enquanto que a implementação de políticas fiscais depende de votação do Congresso.
 - e) A política monetária refere-se à atuação do governo sobre a quantidade de moeda e títulos públicos.

5 - A atuação econômica do governo na área externa pode dar-se por meio da política cambial ou da política comercial. A política cambial refere-se a alterações na taxa de câmbio. No que diz respeito à política cambial, aponte a única opção falsa.

- a) Regime de taxas fixas de câmbio, onde o Banco Central fixa antecipadamente a taxa de câmbio, com a qual o mercado deve operar.
- b) A política adotada, na maioria dos países, é a chamada "flutuação suja", na qual é adotado o regime de bandas cambiais, com o mercado de divisas, determinando a taxa de câmbio, mas com intensa atuação do Banco Central, na venda e na compra.
- c) No regime de taxas flexíveis de câmbio, o Banco Central é o principal agente nesse mercado, tanto na compra como na venda de divisas, o que lhe permite, praticamente, manter a taxa de câmbio nos níveis em que ele deseja.
- d) Regime de bandas cambiais, onde o Banco Central fixa limites superior e inferior, dentro dos quais a taxa de câmbio pode flutuar.
- e) Regime de taxas flutuantes, onde a taxa de câmbio é determinada pelo mercado, pela oferta e pela demanda de moeda estrangeira.

6 - A utilização de indicadores sociais como parte da avaliação da riqueza de um país insere-se na discussão entre crescimento e desenvolvimento econômico. Com relação a indicadores sociais, aponte a única opção falsa.

- a) Uma avaliação de como a renda é distribuída na economia pode ser realizada a partir do índice de Gini, com este índice variando de zero a um.
- b) Quando o índice de Gini está mais próximo da unidade, pior é a concentração de renda.
- c) O índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado pelas Nações Unidas, tem como objetivo avaliar a qualidade de vida nos países.
- d) O IDH agrega, em sua metodologia de cálculo, três variáveis: saúde, educação e renda *per capita*.
- e) O IDH varia de zero a um, classificando os países em três grupos: os de baixo desenvolvimento (IDH maior do que 0,8); os de médio desenvolvimento (IDH entre 0,5 e 0,8); e os de alto desenvolvimento (IDH menor do que 0,5).

7 - O Plano Bresser, anunciado em 12 de junho de 1987, continha tantos elementos ortodoxos como heterodoxos. Entre as principais medidas do Plano Bresser não se encontrava:

- a) congelamento de salários por três meses, no nível de 12 de junho, com o resíduo inflacionário sendo pago em seis parcelas a partir de setembro.
- b) aluguéis congelados no nível de junho, sem nenhuma compensação.
- c) mudança do regime cambial para um sistema de taxas flutuantes, definidas livremente no mercado.
- d) mudança de base do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) para 15 de junho, sendo que os aumentos foram incorporados à inflação de junho, de modo a evitar que se sobrecarregasse a inflação de julho.
- e) criação da Unidade de Referência de Preços (URP), que corrigiria o salário dos três meses seguintes, entrando em vigor a partir de setembro de 1987.

8 - Ao longo da história e, principalmente, nos dois últimos séculos, a participação do Estado na economia vem crescendo por várias razões. Identifique a única opção incorreta no que se refere às razões do crescimento da participação do setor público na atividade econômica.

- a) Durante períodos de guerra, a participação do Estado na economia aumenta, mas o gasto público se reduz.
- b) Mudanças tecnológicas, como, por exemplo, a invenção do motor de combustão significou maior demanda por rodovias e infraestrutura.
- c) Crescimento da renda *per capita*, que gera um aumento da demanda de bens e serviços públicos.
- d) Novos grupos sociais passaram a ter maior presença política, demandando assim novos empreendimentos públicos.
- e) Mudanças da Previdência Social, pois, à medida que essa instituição passou a ser também um instrumento de distribuição de renda, isso levou a uma participação maior do Estado no mecanismo previdenciário.

9 - Nos últimos anos tem crescido o debate em torno da atuação do governo na economia, particularmente no Brasil. Com relação aos conceitos de déficit e dívida pública, não se pode afirmar que:

- a) o déficit público é a diferença entre o investimento público e a poupança do governo em conta corrente.
- b) o endividamento do setor público representa nova categoria de gastos públicos: a rolagem e o pagamento dos serviços dessa dívida.
- c) quanto maior for o estoque da dívida, maior será o gasto com juros e, conseqüentemente, menor será a diferença entre carga tributária bruta e líquida.
- d) como alternativas de financiamento do déficit público, podem ser citadas a venda de títulos ao setor privado e a venda de títulos ao Banco Central.
- e) o tamanho do déficit público, em última instância, dá a participação do governo na atividade econômica em termos de complementação da demanda privada.

10- Identifique qual das afirmações abaixo não corresponde a uma descrição da situação fiscal ou do contexto macroeconômico no período 1981/1994.

- a) O período posterior a 1986 caracterizou-se pela observação de taxas de inflação superiores a 1000% ao ano em quase todos os anos.
- b) Foi uma fase caracterizada por uma estagnação contínua da economia ao longo do período.
- c) Devido à elevação da inflação, os mecanismos de indexação tributária foram sucessivamente aperfeiçoados ao longo do período.
- d) Em que pese a tese de que o déficit público causa o aumento dos preços, a alta inflação do início dos anos 1990 parece ter colaborado para diminuir o déficit operacional do setor público.
- e) As principais causas da deterioração das contas públicas nos anos de 1980 foram: o aumento do gasto com pessoal, notadamente na esfera estadual e municipal, maiores despesas previdenciárias e o crescimento do fluxo de pagamento de juros da dívida pública.

11- A Receita da Administração Pública pode ser classificada nos seguintes aspectos: quanto à natureza, quanto ao poder de tributar, quanto à coercitividade, quanto à afetação patrimonial e quanto à regularidade. Quanto à sua regularidade, as receitas são desdobradas em:

- a) receitas efetivas e receitas por mutação patrimonial.
- b) receitas orçamentárias e receitas extraorçamentárias.
- c) receitas ordinárias e receitas extraordinárias.
- d) receitas originárias e receitas derivadas.
- e) receitas de competência Federal, Estadual ou Municipal.

12- Com relação às hipóteses teóricas do crescimento das despesas públicas, indique a única opção falsa.

- a) Os modelos microeconômicos do crescimento dos gastos públicos são desenvolvidos com a finalidade de explicar as variações nas demandas pelos produtos finais do setor público.
- b) As mudanças demográficas são uma importante variável para explicar as alterações e o crescimento dos gastos públicos, seja pelo acréscimo absoluto da população ou por sua própria distribuição etária.
- c) Wagner estabeleceu como lei de expansão das atividades do Estado uma situação em que os gastos cresceriam inevitavelmente mais rápido do que a renda nacional, em qualquer Estado progressista.
- d) Peacock e Waiseman estabeleceram que o crescimento do setor público, em que pese o crescimento da oferta, estaria limitado pelas possibilidades de expansão da demanda, a qual, por sua vez, é limitada pela possibilidade de crescimento da tributação.
- e) O grau de urbanização é destacado como variável importante na análise e determinação do crescimento dos gastos nas diferentes funções exercidas pelo governo.

13- O financiamento para que o Estado cumpra suas funções com a sociedade é feito por meio de arrecadação tributária, ou receita fiscal. Identifique a única opção errada referente aos princípios de tributação.

- a) Pelo princípio da equidade, um imposto, além de ser neutro, deve ser equânime, no sentido de distribuir o seu ônus de maneira justa entre os indivíduos.
- b) De acordo com o princípio do benefício, um tributo justo é aquele em que cada contribuinte paga ao Estado um montante diretamente relacionado com os benefícios que recebe do governo.
- c) A neutralidade pode ser avaliada sob dois princípios: princípio do benefício e princípio da capacidade de pagamento.
- d) Os impostos podem ser utilizados na correção de ineficiências do setor privado.
- e) Os argumentos favoráveis à utilização da renda como capacidade de pagamento baseiam-se na abrangência desta medida, pois renda inclui consumo e poupança.

14- Os sistemas de tributação diferenciam-se entre si de acordo com o tratamento tributário dado às diversas camadas de renda da sociedade. Com relação aos sistemas de tributação, identifique a única opção correta.

- a) O sistema de imposto progressivo tem a característica básica de tributar mais fortemente as camadas mais baixas de renda.
- b) A aplicação de um sistema de imposto proporcional altera o padrão da distribuição de renda da sociedade.
- c) A aplicação de um sistema de imposto progressivo não altera o padrão da distribuição de renda da sociedade.
- d) No sistema regressivo, o percentual do imposto pago diminui com o aumento do nível de renda.
- e) No sistema proporcional, o percentual de imposto a ser pago depende do nível de renda.

15- Considerada a mais moderna das classificações orçamentárias da Despesa, a finalidade da classificação por programas é demonstrar as realizações do governo, o resultado final do seu trabalho em benefício da sociedade. Os programas também funcionam como unidade de integração entre o planejamento e o orçamento. Identifique a opção errada quanto à modalidade destes programas.

- a) Programas de gestão especial.
- b) Programas de gestão de políticas públicas.
- c) Programas finalísticos.
- d) Programas de serviços ao Estado.
- e) Programas de apoio administrativo.

16- O Modelo de Gestão do Plano Plurianual (PPA) foi orientado segundo os critérios de eficiência, eficácia e efetividade, conforme o estabelecido no Decreto n. 5.233 de 6 de outubro de 2004. A avaliação é parte fundamental do modelo de gestão para geração de informações qualificadas para tomada de decisão nos diferentes níveis de administração. Com relação à avaliação, identifique a única opção incorreta.

- a) A avaliação tem como objetivos específicos proporcionar maior transparência às ações do governo, auxiliar a tomada de decisão, promover a aprendizagem e a disseminação do conhecimento nas organizações e aperfeiçoar a concepção e a gestão do plano e dos programas.
- b) Os resultados do processo de avaliação são consolidados no Relatório Anual de avaliação do Plano Plurianual.
- c) No nível estratégico, a avaliação permite correlacionar a contribuição dos resultados do conjunto dos programas com os objetivos e metas estabelecidos no âmbito de cada ministério.
- d) No nível tático, a avaliação permite balizar a tomada de decisões estratégicas relacionadas à alocação de recursos e à criação ou extinção de programas e ações.
- e) As recomendações produzidas na avaliação anual são utilizadas para os processos de revisão do Plano Plurianual e elaboração dos Orçamentos da União.

17-O Decreto n. 5.233, de 6 de outubro de 2004, estabeleceu as normas para a gestão do Plano Plurianual (PPA) e de seus programas. Aponte a opção falsa segundo o referido Decreto.

- a) A gestão tático-operacional é de responsabilidade dos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
- b) A gestão estratégica é de responsabilidade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em conjunto com a Casa Civil da Presidência da República e em articulação com os demais órgãos do Poder Executivo.
- c) A gestão estratégica compreende o monitoramento, a avaliação e a revisão dos desafios e dos programas prioritários do Plano Plurianual.
- d) Cabe ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a coordenação dos processos de monitoramento, de avaliação e de revisão dos programas e do Plano Plurianual.
- e) Cabe ainda à gestão estratégica a implementação, o monitoramento, a avaliação e revisão dos programas.

18-A reforma do Estado deve ter como referencial a urgente necessidade de fortalecê-lo e não promover seu aniquilamento. Assim sendo, não é correto afirmar que:

- a) quanto maior a complexidade da organização social, menor é a necessidade de o Estado intervir para arbitrar e regular conflitos.
- b) a retração do Estado e o estímulo à entrada do setor privado em setores/atividades que, até então, vinham sendo predominantemente do setor público irão exigir uma revisão de normas vigentes com respeito à contratação de serviços, cessão de direitos, mecanismos de controle e critérios de avaliação.
- c) na esfera regional, assim como na social, o Estado deve intervir no sentido de assegurar a igualdade de oportunidades.
- d) a remoção das causas que contribuem para a reprodução das desigualdades, ao longo do tempo, deve ser o alvo prioritário de atenção.
- e) a redefinição das funções do Estado deve ter como ponto de partida o pleno reconhecimento de suas principais responsabilidades.

19-Identifique a única opção incorreta com relação às características básicas de um modelo de reforma tributária coerente com os princípios da responsabilidade (recuperação da ética tributária), visibilidade, equilíbrio e solidariedade (sem espaço para antagonismo).

- a) A tributação da renda deve ser feita de forma abrangente, reduzindo-se ao mínimo as deduções e abatimentos, eliminando-se os regimes especiais e restringindo-se a progressividade das alíquotas ao imposto cobrado sobre a renda familiar.
- b) O combate à evasão e à sonegação deve ser conduzido, prioritariamente, por medidas de cunho repressivo e policial.
- c) Nenhum imposto deve onerar a exportação e a aquisição de máquinas e equipamentos indispensáveis à modernização tecnológica, ao aumento da capacidade produtiva e à geração de maiores oportunidades de emprego.
- d) A simplificação tributária requer não apenas a redução do número de impostos, mas também a simplificação e estabilidade das normas jurídicas aplicadas à administração e cobrança dos tributos.
- e) O imposto sobre a propriedade deve ser utilizado como reforço do vínculo de co-responsabilidade entre o Estado e o cidadão contribuinte, no plano das relações do poder público local com as comunidades.

20-Em organizações federativas, o sistema tributário é o elemento central na estruturação das relações financeiras entre níveis de governo. Com relação ao Federalismo Fiscal no Brasil, não se pode afirmar que:

- a) a Constituição Federal brasileira de 1988 provocou graves desequilíbrios no federalismo fiscal, especialmente porque não dimensionou bem as atribuições de cada ente federado e suas respectivas fontes de receitas.
- b) na concepção do federalismo fiscal de 1988, não foi considerado o cenário de abertura e de competitividade econômica internacional nem os processos de integração econômica internacional.
- c) o equilíbrio federativo e a descentralização fiscal são importantes para que o Brasil se insira num contexto de integração econômica internacional com uma harmonização jurídico-tributária e com a remoção de tributos que inviabilizem a competição e impeçam uma integração econômica bem-sucedida.

- d) durante o período de 1970/1988, a fragilidade financeira dos estados e municípios impossibilitou a maior atribuição de funções de caráter regional e local a esses níveis de governo.
- e) em termos verticais, os principais privilegiados pelo processo de descentralização brasileiro, principalmente após a Constituição de 1988, foram os estados, que praticamente dobraram sua participação no total da receita tributária disponível.

DIREITO:

FINANCEIRO

21- Acerca das finanças públicas na Constituição de 1988, assinale a opção correta.

- a) É possível anular despesas com o serviço da dívida para criar os recursos necessários à aprovação de emenda ao projeto de lei do orçamento anual.
- b) Investimento, cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, só pode ser iniciado se previamente incluído no plano plurianual ou se essa inclusão tiver sido autorizada por lei.
- c) Para que o Presidente da República possa propor modificação no projeto de lei de diretrizes orçamentárias, é imprescindível que este ainda não tenha sido posto em votação.
- d) O orçamento da seguridade social, compreendido na lei orçamentária anual e compatibilizado com o plano plurianual, tem, entre suas funções, a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.
- e) A autorização para contratação de operações de crédito por antecipação de receita, destinadas a suprir insuficiências momentâneas de caixa, representa elemento estranho à lei orçamentária anual.

22- Acerca do orçamento público, assinale a opção incorreta.

- a) O Presidente da República não pode baixar medida provisória que verse sobre orçamento e créditos adicionais.
- b) O Poder Executivo não é obrigado a realizar todas as despesas que estejam previstas na lei orçamentária.
- c) Mesmo sem apreciação, pelo Congresso Nacional, do projeto de lei orçamentária, é possível que a programação dele constante seja executada para o atendimento de determinadas despesas.

- d) A fiscalização orçamentária da União, exercida mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder, abrange a verificação de requisitos necessários à realização da despesa, mas não entra no mérito do ato praticado.
- e) Há circunstâncias inerentes à lei orçamentária que lhe retiram, do ponto de vista material, o caráter de lei.

23- Assinale a única opção correta.

A Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964,

- a) foi recepcionada pela ordem constitucional vigente com *status* de lei ordinária.
- b) define fundo especial como o produto de receitas específicas que se vinculem, independentemente de lei, à realização de determinados objetivos ou serviços.
- c) permite que haja deduções nas receitas e despesas que, obrigatoriamente, devam constar da lei orçamentária.
- d) condiciona o pagamento de uma despesa à sua liquidação e realização, bem como à existência de prévio empenho.
- e) considera os investimentos, realizados com frequência pelo Estado, como despesas correntes.

24- De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal):

- a) os entes da Federação não podem ser atingidos pelas limitações jurídicas que derivam da inscrição, em cadastros restritivos, de suas entidades da administração indireta.
- b) o Poder Executivo pode limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas fiscais e o Poder Legislativo ou Judiciário ou o Ministério Público não promova limitação de empenho e movimentação financeira no prazo legal.
- c) o Distrito Federal, embora submetido a regime constitucional diferenciado, está bem mais próximo da estruturação dos Municípios do que da arquitetura constitucional dos Estados-membros.
- d) o Distrito Federal custeia seu Poder Judiciário e Ministério Público.
- e) a Lei de Responsabilidade Fiscal, ao disciplinar as operações de crédito efetuadas por fundos, vedando as que se dêem entre um fundo de um ente da Federação e outro ente, atenta contra o princípio federativo.

25- Acerca de receitas públicas, assinale a opção incorreta.

- a) Algumas receitas derivadas dos entes da Federação podem ser vinculadas à prestação de garantia ou contra garantia à União, mas não ao pagamento de débitos para com esta.
- b) Tanto a taxa quanto o preço público têm pagamento compulsório, mas só a primeira pode ser cobrada pela mera disposição de um serviço público.
- c) A estimativa do impacto orçamentário-financeiro e o atendimento à lei de diretrizes orçamentárias são condições necessárias mas não suficientes à renúncia de receita.
- d) A receita originária caracteriza-se fundamentalmente pelo fato de sua percepção não ter o caráter coercitivo próprio da atividade do Estado.
- e) Concessões de isenção em caráter não geral estão compreendidas no conceito legal de renúncia de receita.

26- Assinale a opção correta acerca de crédito e dívida públicos.

- a) O Banco Central do Brasil não pode conceder empréstimos ao Tesouro Nacional (TN), sendo-lhe vedado, portanto, comprar títulos de emissão do TN.
- b) A dívida pública consolidada caracteriza-se, legalmente, por ser composta de obrigações financeiras do ente da Federação para amortização em prazo superior a doze meses, nela não se incluindo as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.
- c) As operações de crédito por antecipação de receita orçamentária podem exceder o montante das despesas de capital, desde que liquidadas até o dia dez de dezembro de cada ano.
- d) Uma instituição financeira estatal pode conceder empréstimo a outro ente da Federação, desde que se destine a financiar suas despesas correntes ou refinar dadas contraídas junto a outras instituições financeiras.
- e) A operação de crédito realizada com infração do disposto na Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), é considerada nula, devendo-se proceder a seu cancelamento, mediante a devolução do principal acrescido de juros e demais encargos financeiros.

TRIBUTÁRIO

27- A competência tributária, assim entendida como o poder que os entes políticos – União, Estados-Membros, Distrito Federal e Municípios – têm para instituir tributos, não é ilimitada. Ao contrário, encontra limites na Constituição Federal, entre os quais destacamos o princípio da legalidade tributária, segundo o qual nenhum tributo poderá ser instituído ou majorado a não ser por lei. Porém, a própria Constituição Federal excetua da obrigatoriedade de ser majorados por lei (podendo sê-lo por ato do Poder Executivo) alguns tributos. São exemplos desses tributos:

- a) imposto sobre renda e proventos / imposto sobre importação de produtos estrangeiros / contribuição para o PIS/PASEP.
- b) imposto sobre produtos industrializados / CIDE combustível / contribuição para o PIS/PASEP.
- c) imposto sobre importação de produtos estrangeiros / imposto sobre exportação de produtos nacionais ou nacionalizados / imposto sobre renda e proventos.
- d) CIDE combustível / imposto sobre produtos industrializados / imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguros.
- e) contribuição para o PIS/PASEP / imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguros/ imposto sobre produtos industrializados.

28- Em relação ao imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, de competência da União, é correto afirmar-se que:

- a) rendimentos oriundos de atividade ilícita não se sujeitam à sua incidência, pois o legislador não descreveu estes como elemento da hipótese de incidência.
- b) rendimentos oriundos de atividade ilícita permitem a exigência do imposto, já que a ilicitude dos atos praticados não interfere na relação tributária.
- c) rendimentos oriundos de atividade ilícita só permitem a cobrança do imposto após o pronunciamento declaratório da licitude da atividade.
- d) rendimentos oriundos de atividade ilícita, por não se circunscreverem dentro do conceito de ato jurídico – que requer agente capaz, objeto lícito e forma prescrita ou não defesa em lei – não permitem o nascimento da obrigação tributária.
- e) rendimentos oriundos de atividade ilícita permitem a exigência do imposto, já que a cobrança de tributo, a teor da definição deste no art. 3º do Código Tributário Nacional, pode também constituir sanção de ato ilícito.

29- Sobre o imposto sobre serviços de qualquer natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, é incorreto afirmar que:

- a) para efeito de sua incidência, não importa a denominação que se dê ao serviço prestado.
- b) seu contribuinte é o prestador, e não o tomador do serviço.
- c) não incide sobre o serviço proveniente do exterior, ou cuja prestação tenha se iniciado no exterior.
- d) pressupõe caráter oneroso da prestação de serviços.
- e) não incide sobre a locação de bens móveis.

30- O Código Tributário Nacional prevê, em seu art. 166, que a restituição de tributos que comportem, por sua natureza, a transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove haver assumido referido encargo. É exemplo desta espécie de tributo:

- a) imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguros, se o contribuinte, numa importação de bens, faz a inclusão destes em seu ativo.
- b) taxas, quando venham a integrar os custos fixos de determinada empresa.
- c) contribuição previdenciária.
- d) imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.
- e) imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestação de serviços.

CONTABILIDADE:

GERAL

31- A empresa comercial Armazém Popular S.A. utiliza o controle permanente de estoques para contabilizar suas mercadorias. Em junho de 2007, a empresa adquiriu uma partida de raquetes de tênis para revender, tendo praticado a seguinte composição de custos: preço de compra: R\$ 200.000,00; IPI incidente sobre a compra: R\$ 10.000,00; ICMS incidente sobre a compra: R\$ 18.000,00. Ao contabilizar essa operação de compra, a empresa deverá fazer o seguinte lançamento:

- a) Diversos
a Fornecedores
pela compra efetuada n/d, como segue:
Mercadorias
pelo custo das compras 200.000,00
IPI a Recuperar
pelo IPI incidente 10.000,00
ICMS a Recuperar
pelo ICMS incidente 18.000,00 228.000,00
- b) Diversos
a Fornecedores
pela compra efetuada n/d, como segue:
Mercadorias
pelo custo das compras 210.000,00
ICMS a Recuperar
pelo ICMS incidente 18.000,00 228.000,00
- c) Diversos
a Fornecedores
pela compra efetuada n/d, como segue:
Mercadorias
pelo custo das compras 192.000,00
ICMS a Recuperar
pelo ICMS incidente 18.000,00 210.000,00
- d) Diversos
a Fornecedores
pela compra efetuada n/d, como segue:
Mercadorias
pelo custo das compras 200.000,00
IPI a Recuperar
pelo IPI incidente 10.000,00 210.000,00
- e) Diversos
a Fornecedores
pela compra efetuada n/d, como segue:
Mercadorias
pelo custo das compras 182.000,00
IPI a Recuperar
pelo IPI incidente 10.000,00
ICMS a Recuperar
pelo ICMS incidente 18.000,00 210.000,00

Área para rascunho

32- A empresa Eliezer Freitas S.A. teve, no exercício, um resultado final no valor de R\$ 15.000,00. É assim que está expresso na Demonstração do Resultado do Exercício:

Lucro Líquido do Exercício R\$ 15.000,00.

Sabemos que nos procedimentos de apuração e distribuição do lucro houve a destinação de R\$ 7.500,00 para provisão de Imposto de Renda; de R\$ 2.500,00 para participações estatutárias no lucro; de R\$ 1.000,00 para reserva estatutária; de R\$ 500,00 para reserva legal; e de R\$ 2.100,00 para dividendos obrigatórios.

Após a contabilização da destinação desse resultado, pode-se dizer que o Patrimônio Líquido da empresa Eliezer Freitas S.A. aumentou em:

- a) R\$ 17.500,00.
- b) R\$ 12.900,00.
- c) R\$ 13.500,00.
- d) R\$ 15.000,00.
- e) R\$ 11.400,00.

Área para rascunho

33- As contas listadas a seguir, em ordem alfabética, representam o livro Razão da empresa Empório Comercial Ltda., em 31.12.x1, e serão utilizadas na elaboração do balancete geral do exercício.

Contas	Saldos
Aluguéis Ativos a Vencer	R\$ 140,00
Amortização Acumulada	R\$ 40,00
Bancos c/Movimento	R\$ 300,00
Caixa	R\$ 180,00
Capital a Realizar	R\$ 500,00
Capital Social	R\$ 3.000,00
Clientes	R\$ 800,00
Custo das Mercadorias Vendidas	R\$ 2.100,00
Depreciação Acumulada	R\$ 650,00
Depreciação e Amortização	R\$ 230,00
Despesas de Aluguel	R\$ 140,00
Despesas Gerais	R\$ 310,00
Despesas Pré-operacionais	R\$ 160,00
Duplicatas a Pagar	R\$ 1.300,00
Duplicatas a Receber	R\$ 1.200,00
FGTS	R\$ 20,00
FGTS a Recolher	R\$ 90,00
Fornecedores	R\$ 900,00
ICMS s/Vendas	R\$ 800,00
Imóveis	R\$ 1.000,00
Impostos a Recolher	R\$ 250,00
INSS a Recolher	R\$ 300,00
Juros Ativos	R\$ 220,00
Juros a Pagar	R\$ 170,00
Juros a Receber	R\$ 200,00
Juros Passivos	R\$ 180,00
Juros Passivos a Vencer	R\$ 30,00
Lucros Acumulados	R\$ 150,00
Mercadorias	R\$ 1.800,00
Móveis e Utensílios	R\$ 700,00
Previdência Social	R\$ 30,00
Reserva Legal	R\$ 110,00
Reserva Estatutária	R\$ 70,00
Salários e Ordenados	R\$ 250,00
Veículos	R\$ 800,00
Vendas	R\$ 4.000,00

O balancete não deverá fechar por razões didáticas, mas a soma dos saldos devedores será de:

- a) R\$ 11.330,00.
- b) R\$ 11.140,00.
- c) R\$ 10.640,00.
- d) R\$ 11.830,00.
- e) R\$ 11.940,00.

PÚBLICA

34- Em relação aos Sistemas de Contas utilizados na Contabilidade Pública e sua relação com o Plano de Contas da Administração Pública Federal, não se pode afirmar:

- a) no Sistema Financeiro, são registrados os ingressos e dispêndios de recursos, sejam de natureza orçamentária ou extra-orçamentária.
- b) no Sistema Patrimonial, são registrados os fatos não financeiros ou extra-caixa, tais como: bens móveis, bens imóveis, incorporações e desincorporações de bens independentes da execução orçamentária.
- c) no ativo e passivo compensado, existem contas do sistema orçamentário.
- d) no Sistema Orçamentário, são efetuados os registros de controle do orçamento, tais como: previsão da receita, fixação da despesa, descentralização de créditos e empenho da despesa.
- e) no Sistema de Compensação, são registrados os fatos permutativos, ou seja, aqueles que não afetam o Patrimônio de imediato e se compensam por serem fatos meramente permutativos da composição patrimonial.

35- A respeito dos sistemas de contas que compõem o Plano de Contas Único da Administração Federal, é correto afirmar:

- a) são três os sistemas previstos no Plano de Contas.
- b) no *Sistema Compensado*, são registrados os atos potenciais que podem afetar o patrimônio do ente público.
- c) as receitas orçamentárias são registradas no sistema patrimonial.
- d) as contas analíticas (nível que recebe lançamento) estão sempre no último nível do Plano de Contas.
- e) em razão do método das partidas dobradas, os lançamentos não necessitam contemplar débito e crédito no mesmo sistema.

36- Em relação aos registros contábeis da execução da despesa orçamentária e com base na estrutura do Plano de Contas da Administração Pública Federal, marque com **F** o item falso e com **V** o item verdadeiro e indique a opção que corresponde à seqüência correta.

- I. Na descentralização de créditos, há registro em contas do sistema orçamentário.
- II. Considerando que o empenho cria para o estado obrigação de pagamento pendente ou não de implementação de condição, o seu registro na contabilidade movimenta conta do passivo, pertencente ao sistema patrimonial.
- III. Quando da transferência de recursos (cota, repasse e sub-repasse) entre unidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, para pagamento de despesas orçamentárias, não há registro de receita orçamentária na unidade beneficiária.
- IV. No registro da apropriação de despesas orçamentárias de aquisição de material de consumo vinculada a contrato há lançamentos contábeis em quatro sistemas de contas: Financeiro, Patrimonial, Orçamentário e Compensação.
- V. Considerando que pertence ao exercício as despesas nele legalmente empenhadas, na inscrição de restos a pagar não processados, debita-se despesa orçamentária (classe 3) e credita-se conta de passivo (classe 2) no sistema financeiro.

- a) F,V,F,F,V
- b) V,V,V,V,V
- c) F,F,F,F,F
- d) V,V,V,V,F
- e) V,F,V,V,V

37- Cabe à Contabilidade registrar os atos e fatos relacionados com receita orçamentária. No que diz respeito ao assunto e com base na estrutura do Plano de Contas da Administração Pública Federal, julgue os itens a seguir e marque a opção que corresponde à seqüência correta.

- I. As restituições de receitas são registradas em contas retificadoras de receita pertencentes ao sistema financeiro, sem necessidade de prévio empenho.
- II. As receitas orçamentárias correntes são registradas a crédito de contas do sistema financeiro, pertencentes à Classe 4 e Grupo 1 (4.1).
- III. Quando da realização de receitas de operações de crédito, registra-se uma mutação passiva (débito de conta da classe 5) em contrapartida de um passivo (crédito de conta da classe 2), no sistema patrimonial.
- IV. Sob a ótica contábil, a previsão da receita orçamentária é um ato potencial registrado apenas em contas do sistema de compensação, enquanto que a arrecadação é um fato que deverá ser registrado no mínimo em contas dos sistemas orçamentário e financeiro.
- V. Quando do registro contábil do recebimento de receita inscrita na dívida ativa, registra-se uma mutação ativa em contrapartida da baixa de um ativo, no sistema patrimonial.

- a) F,F,V,F,V
- b) V,V,V,F,F
- c) F,V,F,V,F
- d) V,V,V,F,V
- e) V,F,F,V,V

38- Assinale a afirmação correta referente à contabilização da fixação da despesa orçamentária no âmbito federal.

- a) O registro contábil ocorre somente no início e fim do exercício.
- b) No *Passivo Compensado*, são demonstrados os créditos iniciais consignados em lei.
- c) Créditos extraordinários, em razão da sua excepcionalidade, não são registrados na abertura.
- d) Os saldos de créditos disponíveis são demonstrados em contas do passivo.
- e) No ativo, a despesa fixada é registrada pelo seu valor líquido (deduzidos os créditos contidos e contingenciados).

39- O Balancete Contábil, embora não seja uma demonstração obrigatória no setor público, é instrumento de grande importância para a gestão contábil. Assinale a opção falsa em relação ao Balancete adotado na contabilidade federal.

- a) Somente pode ser emitido para as contas analíticas.
- b) Pode ser emitido tanto para órgão quanto para unidade gestora.
- c) Para unidades situadas no exterior, a emissão poderá ser feita em moeda estrangeira.
- d) O número de colunas de valores pode ser de até quatro.
- e) A coluna *Saldo do Exercício Anterior* pode ser omitida.

40- Ao final do exercício, uma determinada entidade integrante do orçamento fiscal e da seguridade social apresentou balancete com os seguintes dados referentes à execução orçamentária (valores em mil):

- Receitas:	Previsão	Arrecadação (Realizada)
• Receita de Serviços	2.000	1.700
• Receita de Operações de Crédito.....	500	700
• Receita de Juros	500	450
- Despesas:	Fixação	Despesa Realizada
• Despesa de Pessoal	900	850
• Despesa de Inversão Financeira	800	750
• Despesa de Juros	500	400
• Despesa de Amortização de Dívidas.....	800	550

Analisando as informações, indique a opção correta em relação ao Balanço Orçamentário da entidade.

- a) Houve superávit de capital.
- b) O superávit corrente foi de 850.
- c) Houve superávit orçamentário de 300.
- d) As receitas correntes e de capital apresentaram excesso de arrecadação.
- e) Houve economia de despesas de capital de 400.

